



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACORDÃO Nº 10/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 1778/2012 (7 vols.).

Apenso: Processo nº 4346/2012 (2 vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão/Entidade: Câmara Municipal de Careiro.

4- Exercício: 2011.

5-Responsável: Sr. João Doza de Oliveira Neto, Presidente da Câmara, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 609/2013 (fls. 1354/1356).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 818/2013-MPC-ACP do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 1335/1337).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anuais. Câmara Municipal de Careiro. Exercício 2011.

Contas Regulares com Ressalvas. Recomendação à Câmara Municipal de Careiro. Multa ao Responsável. Prazo. Autorização de Inscrição na Dívida Ativa e Instauração de Cobrança Executiva. Determinação à DICAMI.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em divergência** com o pronunciamento do representante do Ministério Público de Contas,

9.1- À unanimidade, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, no sentido de:

9.1.1- JULGAR REGULAR COM RESSALVAS a prestação de contas da Câmara Municipal do Careiro, referente ao exercício de 2011, de responsabilidade do Sr. **JOÃO DOZA DE OLIVEIRA NETO**, Presidente e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, II, da Lei Estadual n. 2.423/96;

9.1.2- RECOMENDAR à Câmara Municipal do Careiro que:

a) observe o prazo para envio de dados pelo sistema ACP, nos termos do art. 4º, *caput*, da Resolução n. 10/2012-TCE/AM;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACORDÃO Nº 10/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 1778/2012 (fls. 02).

b) observe o prazo para envio dos dados relativos ao Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do art. 32, II, “h”, da Lei Estadual n. 2.423/96, com a nova redação dada pela Lei Complementar Estadual n. 120/2013;

c) passe a exigir a rubrica dos licitantes presentes na formalização das próximas atas, com fulcro no art. 43, §2º, da Lei Federal n. 8.666/93;

d) observe a formalização de processos administrativos para fins de licitação, em consonância com o art. 38, *caput*, da Lei Federal n. 8.666/93;

e) observe com maior rigor a realização de licitações, evitando a fragmentação de despesas, em obediência ao art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988 e a Lei Federal n. 8.666/93;

f) observe, no controle de combustíveis, os indicadores elencados pelo Ministério Público de Contas nos itens 4 e 6 do Parecer n. 4.144/2012 (fls. 444/446, vol. 3).

9.1.3- COMUNICAR à Câmara Municipal do Careiro que a eventual reincidência nas impropriedades constatadas nos autos poderá acarretar na irregularidade das contas futuras, conforme prevê o art. 22, III, §1º, da Lei Estadual n. 2.423/96;

9.2- Por maioria, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, no sentido de **APLICAR MULTA** no **valor total de R\$ 12.056,33** ao Sr. **JOÃO DOZA DE OLIVEIRA NETO**, Presidente e Ordenador de Despesa, nos moldes discriminados a seguir:

9.2.1- R\$ 1.096,03 por cada mês de competência em que houve atraso no envio de dados, via ACP, ou seja, de janeiro a outubro, **totalizando o valor de R\$ 10.960,30**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.2.2- R\$ 1.096,03 pelo atraso no envio dos dados do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º semestre, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM.

9.3- FIXAR PRAZO de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.4- AUTORIZAR, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACORDÃO Nº 10/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 1778/2012 (fls. 03).

9.5- DETERMINAR à Diretoria de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior - DICAMI que, nas próximas inspeções, verifique se a origem adotou as recomendações supramencionadas.

Vencidos, o Voto-Destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles pela redução da multa prevista no item 53.2, I e exclusão da multa prevista no item 53.2, II do voto do Relator, e o Voto-Destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade da multa pelo atraso no ACP.

10-Ata: 4ª. Sessão Ordinária Judicante – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 06 de fevereiro de 2014.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

13-Representante do Ministério Público junto ao Tribunal Pleno: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral